

PRADO, Antônio

*dep. geral SP 1869-1875 e 1885-1887; min. Agric. 1885-1887; sen. SP 1887-1889; min. Estrangeiros 1888; min. Agric. 1888-1889; pref. SP 1899-1911.

Antônio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo em 25 de fevereiro de 1840, filho de Martinho da Silva Prado e de Veridiana Valéria da Silva Prado, de abastada e tradicional família paulista. Seu pai foi deputado provincial em São Paulo em três legislaturas. Sua mãe era filha de Antônio da Silva Prado, o barão de Iguape, que foi vereador em São Paulo de 1853 a 1856. Seus irmãos também ocuparam posições de destaque: Martinho da Silva Prado Júnior foi constituinte e deputado federal por São Paulo em 1891; Antônio Caio da Silva Prado foi presidente das províncias de Alagoas (1887-1888) e do Ceará (1888-1889); e Eduardo Paulo da Silva Prado, monarquista convicto, foi jornalista e escritor, membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Como seus pais viviam na fazenda Campo Alto, no município de Limeira, hoje Araras, passou parte da infância na casa do avô materno na cidade de São Paulo. Em seguida foi enviado para Petrópolis (RJ), onde estudou no Colégio Calógeras, e para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Tautphoeus e no Colégio Pedro II, diplomando-se em ciências e letras em 1856. Na então capital do Império morou na casa de Antônio da Costa Pinto e Silva, importante chefe político paulista, e aí travou conhecimento com líderes do Partido Conservador. Antônio da Costa Pinto e Silva, que viria a ser seu sogro, foi deputado geral por São Paulo em sete legislaturas, entre 1857 e 1884, e também presidente das províncias da Paraíba (1855-1857), do Rio de Grande do Sul (1868-1869), de São Paulo (1870-1871) e do Rio de Janeiro (1885-1886).

Retornando a São Paulo, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1861. Ainda estudante iniciou-se no jornalismo na imprensa acadêmica. Antes mesmo de se formar foi eleito deputado provincial para a legislatura 1860-1861, mas sua eleição foi anulada por não ter a idade mínima exigida. Logo depois de formado exerceu por alguns meses o cargo de delegado de polícia na capital paulista, mas afastou-se quando resolveu fazer uma longa viagem à Europa em 1862. Visitou vários países e aperfeiçoou seus estudos jurídicos na Faculdade de Direito de Paris. Depois de dois anos ausente, retornou ao Brasil em 1864 e passou a se

dedicar à agricultura, administrando as propriedades da família.

DEPUTADO PROVINCIAL, DEPUTADO GERAL E VEREADOR

Em 15 de outubro de 1865 foi eleito pela primeira vez deputado provincial em São Paulo pelo Partido Conservador. Nos anos seguintes seria cinco vezes reeleito, permanecendo na Assembleia provincial de 1866 a 1889. Em três legislaturas teve como colega de parlamento seu irmão Martinho, eleito pelo Partido Republicano e grande defensor da abolição da escravatura.

Nesse período tornou-se também proprietário e redator do *Diário de São Paulo*, órgão do Partido Conservador, e através de suas páginas apoiou o irmão Martinho nas críticas ao presidente da província José Tavares Bastos (1866-1867), por recrutar homens para a guerra do Paraguai (1864-1870) na base da força. Foi ainda redator de *O País*, jornal de tendência conservadora fundado em dezembro de 1866, no qual moveu forte oposição à corrente liberal.

Em 1868, ao se casar com Maria Catarina da Costa Pinto, recebeu de seus pais a fazenda Santa Veridiana, da qual fazia uma fazenda-modelo. Estava em viagem de lua de mel em Portugal quando os conservadores assumiram o poder no Brasil, com o visconde de Itaboraá presidindo o Conselho de Ministros. Seu avô e seu pai resolveram lançar sua candidatura a deputado geral, e, mesmo ausente, foi eleito pelo 3º distrito eleitoral da província, demonstrando a influência de sua família. De volta ao Brasil, como a legislação permitia, além de ocupar uma cadeira na Assembleia provincial, passou a representar São Paulo na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, nas legislaturas 1869-1872 e 1872-1875.

Para solucionar o problema da falta de mão obra nas fazendas de São Paulo, foi aprovada pela Assembleia paulista a lei provincial de 30 de março de 1871, que autorizou a imigração de trabalhadores. Em agosto, enquanto o governo da província era autorizado por decreto imperial a subsidiar a imigração européia, Antônio da Costa Pinto e Silva, então presidente de São Paulo, reuniu vários financistas e fazendeiros para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, com o propósito de “facilitar para nossos fazendeiros a aquisição de trabalhadores livres”. Antônio Prado, genro de Costa Pinto, tornou-se vice-presidente da entidade.

Em 5 de setembro de 1876, foi empossado presidente do conselho administrativo da Caixa

Econômica e Monte de Socorros em São Paulo, hoje Caixa Econômica Federal, cargo em que permaneceria até 12 de junho de 1878, quando pediu exoneração e foi nomeado inspetor especial de terras e colonização da província de São Paulo. Ainda em 1876 foi eleito vereador à Câmara Municipal de São Paulo, chegando a presidi-la de 7 de janeiro de 1877 a 7 de janeiro 1881. Conforme preceito legal, concomitantemente assumiu a chefia do Poder Executivo municipal. De 1880 a 1881 foi também diretor da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, a primeira estrada de ferro de capital exclusivamente brasileiro, fundada anos antes por seu pai e outros grandes proprietários rurais paulistas para transportar o café que produziam até o porto de Santos.

Tendo o poder passado às mãos dos liberais em 1878, em 1881 fundou a União Conservadora e voltou a se candidatar a deputado geral, mas acabou empatando em número de votos com o candidato liberal Laurindo Abelardo de Brito, que, por ser mais velho, ficou com a vaga. Em 4 de janeiro de 1882 tornou-se o único proprietário do jornal *Correio Paulistano*, então órgão do Partido Conservador, em cujas páginas, juntamente com seu irmão Caio Prado, combateu os liberais. Em 1883, o jornalista holandês C. F. Van Delden Laren, perito em café, elegeu a fazenda Santa Veridiana como a sétima entre as 43 fazendas mais produtivas do país, e a terceira entre 12 na província de São Paulo.

Afinal, no pleito realizado em 31 de dezembro de 1884 conseguiu se eleger deputado geral, mas a legislatura iniciada em maio de 1885 foi dissolvida em 26 de outubro do mesmo ano. Enquanto esteve na Câmara, tornou-se líder da maioria conservadora que apoiou o gabinete liberal do conselheiro José Antônio Saraiva (6 de maio a 20 de agosto de 1885), quando da votação da emancipação dos escravos.

MINISTRO DA AGRICULTURA, SENADOR E MINISTRO DOS ESTRANGEIROS

Com a posse, em 20 de agosto de 1885, do gabinete conservador chefiado por João Maurício Wanderley, barão de Cotegipe, Antônio Prado foi nomeado ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, substituindo João Ferreira de Moura.

À frente do Ministério da Agricultura, coube-lhe referendar a Lei nº 3.270, a Lei dos Sexagenários, também chamada Lei Saraiva-Cotegipe, promulgada a 28 de setembro de 1885 pelo imperador dom Pedro II, que garantiu a liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Também apoiou e fiscalizou o cumprimento de uma nova lei de imigração,

que permitiu a vinda maciça de milhares de imigrantes europeus e beneficiou especialmente os fazendeiros e cafeicultores paulistas. Com isso, conseguiu quebrar a resistência dos proprietários rurais de São Paulo à libertação dos escravos. Sua atitude em prol do fim da escravidão recebeu o elogio público do líder abolicionista e liberal Joaquim Nabuco. Reeleito deputado geral para a legislatura 1886-1889, mas ainda no Ministério da Agricultura, em 2 de julho de 1886, juntamente com seu irmão Martinho e outros grandes fazendeiros, criou a Sociedade Promotora de Imigração. A empreitada estava amparada pela lei provincial de 28 de outubro de 1885 e tinha como divisa “Trabalho livre na pátria livre”. No início de 1887, em nome da Sociedade de Imigração, Martinho embarcaria para a Itália, após acordo com o governo daquele país, para cuidar pessoalmente do embarque de trabalhadores para São Paulo a partir do porto de Gênova. Para receber os novos trabalhadores estrangeiros, notadamente da Itália, seria criada pelo governo provincial a Hospedaria dos Imigrantes.

Com o falecimento em outubro de 1886 do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, senador vitalício por São Paulo, Antônio Prado candidatou-se à vaga aberta no Senado. Foi o mais votado na lista tríplice e teve seu nome escolhido por dom Pedro II, que o nomeou para o Senado do Império em 26 de fevereiro de 1887. Renunciou então ao mandato de deputado geral, sendo substituído na Câmara por Elias Antônio Pacheco Chaves, seu cunhado. Permaneceu no Ministério da Agricultura até 10 de maio de 1887, quando se demitiu após romper com Cotegipe, irredutivelmente contrário à libertação dos escravos. Com sua saída do ministério, onde foi substituído por Rodrigo Augusto da Silva, passou a exercer o mandato no Senado.

Em 15 de novembro de 1887, a Companhia Central Paulista, casa comissária criada pela família Prado para cuidar da exportação do enorme volume de café produzido em suas fazendas, passou a se chamar Companhia Prado Chaves Exportadora. Esta seria, por longos anos, a companhia exportadora mais importante do país.

Ainda em 1887, Antônio Prado promoveu uma reunião de proprietários rurais a que compareceram proprietários de sete mil escravos e na qual se decidiu que no prazo de três anos todos os cativos da província de São Paulo seriam alforriados. Discutiram-se também meios de fixar os escravos nas fazendas, abolindo os castigos físicos, vestindo-os melhor e reduzindo as horas de trabalho. Em 25 de fevereiro de 1888, na data de seu aniversário,

Antônio Prado realizou festivamente na capital de São Paulo a libertação dos últimos 219 escravos, por iniciativa de uma comissão chefiada pelo deputado provincial Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho. Uma passeata percorreu as ruas centrais da cidade, indo em seguida em direção a seu palacete, onde foi saudado pelos manifestantes. Em resposta, declarou: “As novas condições do trabalho agrícola, já tão modificadas pela benéfica imigração, exigem a pronta extinção da árvore secular da escravidão que, com a sua sombra esterilizadora, não deixa medrar num solo livre o trabalho livre, que fecunda e nobilita o homem, engrandecendo as nações. Felizmente em São Paulo, querer é poder – e isso está provado pela gloriosa campanha da libertação da província, na qual ricos e pobres formando um só exército, caminhando sob a mesma bandeira, de vitória, proclamam a libertação dos municípios.”

Com a nova mudança de gabinete em 10 de março de 1888, João Alfredo Correia de Oliveira assumiu a chefia do governo e convidou Antônio Prado para o Ministério dos Estrangeiros. Tornou-se então grande aliado do novo presidente do Conselho de Ministros, sendo a primeira autoridade por ele consultada sobre a proposta de lei que abolia a escravidão no país. Foi na verdade incumbido de redigir o projeto do governo, que inicialmente previa que os escravos libertos seriam obrigados a permanecer nas fazendas, ou nos municípios em que estivessem matriculados, por três anos, recebendo remuneração por seu trabalho. A justificativa de tal proposta era evitar a desorganização do trabalho. Como relator do projeto, Antônio Prado também negou indenização aos proprietários dos escravos. Por se ter afastado do ministério por motivo de doença, coube a Rodrigo Augusto da Silva, ministro da Agricultura e interino dos Estrangeiros, assinar a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, promulgada pela princesa Isabel, declarando extinta a escravidão no Brasil. Em 27 de junho, questões políticas levaram João Alfredo a fazer uma inversão no comando das pastas da Agricultura e dos Estrangeiros, trocando Antônio Prado e Rodrigo Augusto da Silva de lugar.

Como ministro da Agricultura em dois gabinetes, Antônio Prado determinou que fossem realizados os primeiros estudos para a ligação ferroviária entre São Paulo e o sul do Brasil, iniciou a construção da estrada de ferro entre São Paulo e Mato Grosso e construiu outras ferrovias em várias regiões do país. Quando deixou o ministério, estavam em andamento contratos de execução de 6.600 quilômetros de vias férreas. Outras preocupações foram o

aproveitamento dos rios brasileiros para a navegação comercial e a construção de estradas de rodagem. Deu também andamento à determinação do decreto de 12 de junho de 1888, que autorizou e regulamentou a construção do porto de Santos através da Companhia Docas. Foram ainda criados núcleos coloniais com imigrantes europeus no Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Apesar de monarquista, Antônio Prado declinou o título nobiliárquico de visconde de São Paulo, que lhe foi oferecido pela princesa Isabel, mas não pôde fazer o mesmo em relação à carta imperial de dom Pedro II, que em 1888 lhe concedeu a titularidade de conselheiro do Império, por ser esta obrigatória para todos os membros do ministério.

Doente, licenciou-se do ministério em 5 de janeiro de 1889, em seguida exonerou-se, e voltou para São Paulo para repousar e cuidar da saúde. Criou novas fazendas no interior, entre elas, em sociedade com seu pai, a São Martinho, que em 1905 seria considerada a segunda maior plantação de café do mundo. Capitalista de renome, em 28 de outubro de 1889 incorporou às suas várias empresas o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que presidiria até outubro de 1920.

REPÚBLICA: FATO CONSUMADO

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os republicanos paulistas resolveram formar um triunvirato para assumir o governo de São Paulo. Antônio Prado teve seu nome cogitado, mas recusou o convite, alegando suas ligações com o regime anterior e o fato de ser contra um governo coletivo. Logo em seguida, fez publicar no *Correio Paulistano* uma nota em que declarava entender que a República era um fato consumado e afirmava que era dever de todos manter a ordem e prosseguir tranquilamente na obra do progresso nacional. Em 6 de dezembro, promoveu uma reunião conjunta do Partido Conservador e do Partido Liberal e declarou a seus partidários sua adesão às novas instituições, conclamando os paulistas a seguirem as ideias e os princípios democráticos. No final do encontro, assim como o chefe liberal Augusto de Sousa Queirós, deu por dissolvido seu partido. Alegando problemas de saúde, viajou para a Europa junto com a família e lá permaneceu por dois anos.

Convocadas as eleições para o Congresso Constituinte, à sua revelia o Partido Republicano

Paulista (PRP) inseriu seu nome na lista de candidatos a deputado. Graças a seu prestígio foi eleito no dia 15 de setembro de 1890, assim como seu irmão Martinho da Silva Prado Júnior, mas, em virtude de sua ausência do país, não participou dos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Ainda na Europa foi nomeado pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo provisório da República, general Francisco Glicério, superintendente da Inspetoria Geral de Imigração no velho mundo. Quando resolveu retornar ao Brasil, indicou para a função o barão do Rio do Branco, que ocupava o posto de cônsul na cidade de Liverpool, na Inglaterra.

De volta ao Brasil, não assumiu sua cadeira de deputado federal e afastou-se da vida pública. Com a morte de seu pai em 1891, passou a administrar a nova companhia denominada Veridiana Prado & Filhos, formada para controlar as diversas fazendas da família no interior do estado. Em 30 de abril de 1892, foi eleito pela assembleia geral da Companhia Paulista de Estradas de Ferro diretor-presidente da empresa. No início de sua gestão foi efetivada a compra da Estrada de Ferro Rio Claro-São Paulo Railway Company, que pertencia a capitalistas ingleses, iniciando-se uma grande expansão na ferrovia. Em 1895 fundou a Vidraria Santa Marina, posteriormente transformada em sociedade anônima por ações, da qual seria vice-presidente de 1903 a 1920 e presidente de 1920 a 1929. Também em 1895 fundou perto de São Paulo o curtume Água Branca, que se expandiria, dando origem em 1910 à primeira empresa brasileira de acondicionamento de carne refrigerada.

PREFEITO DE SÃO PAULO

Depois de quase uma década afastado de cargos públicos, aceitou a inclusão de seu nome na chapa que concorreria à Câmara Municipal de São Paulo no triênio 1899-1901 e foi eleito. Como a Lei nº 374, de 29 de novembro de 1898, suprimiu a Intendência e instituiu o cargo de prefeito municipal, foi escolhido pelos próprios integrantes da Câmara Municipal para o cargo por ter sido o vereador mais votado pela população. Empossado em 7 de janeiro de 1899, foi o primeiro a receber o título de prefeito na República e, várias vezes reconduzido ao cargo, nele permaneceu por 12 anos.

Uma de suas prioridades como prefeito foi o alargamento e a pavimentação das principais ruas da cidade, além da arborização das vias, ajardinamento das praças e limpeza pública.

Foi também responsável pela implantação do sistema de energia elétrica na cidade, graças a uma usina a vapor instalada pela empresa canadense The São Paulo Light & Power, depois denominada The São Paulo Tramway, Light and Power Company. Em 7 de maio de 1899, conduziu na viagem inaugural o primeiro bonde elétrico da cidade de São Paulo. Com a inauguração, em 23 de setembro de 1901, da usina hidroelétrica de Parnaíba, hoje Edgard de Sousa, em Santana de Parnaíba, em apenas 15 meses foi possível fornecer energia para as linhas de bondes e a iluminação da capital. A partir de 1905 os lampiões a gás começariam a ser substituídos por lâmpadas elétricas, sendo a primeira via iluminada a rua Barão de Itapetininga, por iniciativa dos comerciantes.

Em 1906, na condição de presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fez reprimir violentamente uma greve na empresa, sendo obrigado depois a instituir algumas reformas, adotando medidas como a jornada diária de oito horas de trabalho e a pensão para as viúvas.

Também em 1906, ao contrário da grande maioria dos fazendeiros, foi contra o chamado Convênio de Taubaté, que tinha como objetivo a valorização do café, a regularização de seu comércio, a promoção do aumento do consumo e a criação de uma caixa de conversão, mas acabaria obrigando o governo federal subsidiar os produtores comprando suas safras excedentes através do Banco do Brasil. Já antes disso, quando, no final do século XIX, o café sofreu uma queda de preço no mercado, pronunciara-se contra a intervenção do governo na crise. Agravando-se a situação em 1903, entendeu que leis econômicas poderiam solucionar a superprodução. Quando o governo determinou a proibição de novas plantações, insurgiu-se declarando que a medida era “antieconômica e antiliberal, negação da riqueza pelo trabalho, atentatória da propriedade e da aplicação arbitrária ao direito de cobrar impostos”.

Quando da sucessão do presidente da República Rodrigues Alves, que deixaria o cargo em novembro de 1906, seu nome chegou a ser lembrado como um forte candidato, mas não se empenhou com a iniciativa e continuou administrando a capital de São Paulo como prefeito.

Por motivo de saúde, em 23 de janeiro de 1907 afastou-se da prefeitura e viajou para a Europa em busca de cuidados médicos. O vice-prefeito Asdrúbal Augusto do Nascimento exerceu o comando da municipalidade da capital até 30 de setembro do mesmo ano, quando

reassumiu seu lugar. Com a posse de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins no governo de São Paulo em 1º de maio de 1908, apesar de ocupar a prefeitura da capital e não estar vinculado ao PRP, foi para a Europa em missão do governo estadual com o objetivo de efetuar o empréstimo internacional para a valorização do café. Durante sua licença da prefeitura, o vereador Raimundo Duprat, presidente da Câmara Municipal, o substituiu interinamente de 4 de maio a 30 de setembro, e o vice-prefeito Asdrúbal Augusto do Nascimento, de 1º de outubro a 30 de dezembro.

Em fins de 1910, ao término de seu mandato na prefeitura, resolveu deixar a vida pública. No dia 15 de janeiro de 1911, a Câmara Municipal de São Paulo elegeu como novo prefeito o vereador Raimundo Duprat. Quando Antônio Prado assumiu a prefeitura, a capital paulista contava perto de 240 mil habitantes; ao deixar o cargo 12 anos depois, a população era de mais de 375 mil pessoas, sendo um terço formado por imigrantes.

AS DÉCADAS DE 1910 E 1920

Dedicando-se à lavoura cafeeira, viu as grandes plantações sofrerem em 1918 devido a vários fatores: uma forte geada que assolou os pés, a gripe espanhola que dizimou grande número de trabalhadores, uma praga de gafanhotos, e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Frente ao conflito, pronunciou-se a favor dos Aliados. O governo francês, em reconhecimento à sua posição, concedeu-lhe a Legião de Honra, no grau de oficial.

Ao ser fundada em 19 de maio de 1919 a Sociedade Rural Brasileira, entidade classista dos grandes fazendeiros e produtores agrícolas do país, tornou-se seu presidente honorário. Nas eleições presidenciais daquele ano, apoiou Rui Barbosa contra Epitácio Pessoa. O jurista baiano, apesar de sair derrotado, fez questão de agradecer em carta o apoio público à sua campanha.

Em outubro de 1920, quando da visita dos reis Alberto e Elisabeth, da Bélgica, a São Paulo, cedeu sua residência na chácara do Carvalho para que o casal real nela ficasse hospedado. Com o conflito mundial, o número de emigrantes europeus que vinham para o Brasil caiu vertiginosamente, e a agricultura paulista sentiu falta de trabalhadores. Em 1921 Antônio Prado conseguiu firmar um acordo com o governo italiano que ficaria conhecido como “Convenção de Ouchy”, mas, para sua decepção, o então presidente do estado Washington Luís Pereira de Sousa recusou-se a sancioná-lo alegando que violava a soberania brasileira.

Nas eleições presidenciais de 1922, deu amplo apoio aos candidatos da Reação Republicana, Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra, contra Artur Bernardes, que acabou vitorioso. Quando da Revolta de 5 de julho de 1924, os revolucionários comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, contrários ao governo de Artur Bernardes, tomaram a cidade de São Paulo. Foi-lhe então oferecida a chefia do governo provisório do estado, mas recusou a investidura.

O descontentamento com a política vigente, associado a motivos econômicos, levou à fundação de um novo partido, o Partido Democrático (PD) de São Paulo. A fundação ocorreu em 24 de fevereiro de 1926 na residência de Antônio Prado, a chácara do Carvalho, e o partido foi instalado solenemente em 21 de março seguinte, no salão da Associação das Classes Laboriosas. Foi também Antônio Prado o principal responsável pela redação do manifesto de fundação, sendo sua a primeira assinatura, seguida de mais seiscentas. O documento justificava a formação da nova agremiação pela falta de partidos políticos significantes e pela flutuação da economia. Propunha a defesa dos princípios liberais contidos na Constituição, a reforma das leis eleitorais, especialmente pelo voto secreto, a defesa da agricultura, comércio e indústria, e um Poder Judiciário independente. Também a questão social foi lembrada. O PD, considerado de oposição, foi bem recebido pela classe média, mas não conseguiu quebrar a hegemonia do PRP nas eleições de 1927: das 22 vagas de deputado federal por São Paulo, conseguiu preencher apenas três.

Em 22 de janeiro de 1928, Antônio Prado renunciou à presidência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, alegando problemas de saúde. Em sua longa gestão, iniciada em 1892, foi o responsável por estender as linhas da ferrovia até as divisas do estado, construindo mais de seiscentos quilômetros, introduziu o reflorestamento com eucaliptos visando à confecção de dormentes e ao uso como combustível para as locomotivas a vapor, implantou a eletrificação, que foi iniciada em 1919 e concluída em 1925, adquiriu vagões de passageiros feitos de aço e modernas locomotivas, tornando a companhia de padrão internacional e garantindo sua rentabilidade. Dias após a apresentação de sua carta de renúncia, a assembleia geral de acionistas o aclamou por unanimidade presidente honorário da empresa.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de abril de 1929. Na ocasião, Antônio da Silva Prado

Júnior, um de seus oito filhos com Maria Catarina, era prefeito do Distrito Federal (1926-1930).

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano*. SP; *Correio da Manhã* (24/4/1929); *Folha da Manhã* (24/4/1929); GALVÃO, M. *Relação*; LEVI, D. *Família*; PRADO, N. *Antonio Prado*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SENADO, *Dados*.